

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA.
RUA PRAÇA ADOLFO FRANCISCO DA ROCHA, 404 – CENTRO.
CEP: 62.823-000 - JAGUARUANA/CE.

EDITAL DE LICITAÇÃO

REF: PROCESSO N°. 02.24-003/2017.

TOMADA DE PREÇOS: N°. 007/2017.

Data para entrega dos envelopes: 05 de Abril de 2017, Jaguaruana às 10:00horas.

Data para abertura dos envelopes: 05 de Abril de 2017, Jaguaruana às 10:00horas.

PREÂMBULO

1.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA, através da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL, instituída por Portaria n° 020/2017, torna público aos interessados que fará realizar o processo licitatório da modalidade **TOMADA DE PREÇOS n° 007/2017** às 10h:00min do dia 05 de Abril de 2017, destinada à Contratação de serviços advocatícios para assessoramento e consultoria jurídica especializada na legislação previdenciária, para atender as necessidades do Fundo de Previdência Social do Município de Jaguaruana-CE, na forma da Lei Federal n° 8.666/93 e alterações posteriores.

1.2. Os envelopes de “Documentação” e “Proposta” deverão ser entregues na sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL, situada à Rua: Praça Adolfo Francisco da Rocha, 404, Centro, Jaguaruana - CE, até às 10h:00min do dia 05 de Abril de 2017.

1.3. A presente licitação para efeitos de julgamento será do tipo **MENOR PREÇO**.

1.4. A entrega da proposta leva a participante a aceitar e acatar as normas contidas no presente Edital.

1.5. Na hipótese de não haver expediente na data designada para a realização do ato, este será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora.

2. OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. O Objeto deste Edital, a Contratação de serviços advocatícios para assessoramento e consultoria jurídica especializada na legislação previdenciária, para atender as necessidades do Fundo de Previdência Social do Município de Jaguaruana-CE.

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar da presente licitação pessoa física ou jurídica com registro na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), caso seja pessoa jurídica terá que conter expressamente em seu contrato social ramo de atividade compatível com o objeto licitado, bem como possuam os requisitos mínimos exigidos neste Edital.

3.2. Para participarem os interessados deverão comprovar que estão adimplentes com o Município de JAGUARUANA, através de certidão de adimplência fornecido pela Procuradoria e solicitado através de requerimento pelo licitante que deverá ser enviado com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura da licitação, no setor de Certidão, na sede da Prefeitura Municipal de JAGUARUANA, situada no endereço: Rua: Praça Adolfo Francisco da Rocha, 404, Bairro: Centro, JAGUARUANA-CE, no horário de funcionamento ao público das 08h00min horas às 12h00min horas, sendo que deve ser apresentado em original ou cópia autenticada em cartório competente, devendo esta contida, tanto no envelope nº 01 de habilitação, bem como no credenciamento, em caso de descumprimento ou ausência do documento em um dos envelopes, ocasionará desclassificação da licitante.

3.3. As pessoas físicas que sejam servidores do Município de JAGUARUANA ou jurídicas que tenham como sócio, prestador de serviços ou empregados, servidores do Município de JAGUARUANA, não poderão participar do presente certame.

3.4. A participação sujeitará o concorrente a aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, ficando o mesmo e/ou seus respectivos profissionais cientes das obrigações definidas no Regulamento de Contratação de Prestação de Serviços, não podendo alegar desconhecimento quando da realização dos serviços contratados.

3.5. Para se manifestar nas fases do procedimento licitatório, os participantes deverão credenciar (Anexo V), caso seja pessoa jurídica poderá um, e somente um, representante, por instrumento público de procuração ou por procuração particular, estar com reconhecimento de firma em cartório, dispensada a exigência quando presente o representante legal da mesma, assim comprovado mediante apresentação do instrumento constitutivo.

3.6. Nas sessões públicas, o licitante poderá se fazer representar por procurador, a quem sejam conferidos amplos poderes para representá-lo em todos os atos e termos do processo licitatório; ou sendo pessoa jurídica poderá se fazer representar por representante legal previsto em contrato social ou estatuto, que tenha o uso da firma da sociedade (se for pessoa jurídica). Nas reuniões, será admitido, no máximo, 01 (um) representante de cada proponente. O licitante deverá se utilizar do “Modelo de Procuração”, Anexo VI, para conferência de poderes de

representação ao portador dos envelopes, caso não compareça o representante legal da sociedade.

3.7. Os representantes dos licitantes deverão apresentar separadamente dos envelopes de habilitação ou propostas, a Procuração a que se refere o item 6.2, acompanhada de documento comprobatório de uso da firma da pessoas físicas e jurídicas pelo subscritor da procuração.

3.8. Não se admitirá o envio de documentação ou proposta através de fac-símiles e/ou e-mail. Somente serão aceitos os envelopes contendo a Habilitação e a Proposta de Preços e Credenciamento recebidos até o prazo estabelecido neste Edital.

3.9. A falta de representação não impedirá a licitante de participar do certame licitatório, ficando, porém impedida de manifestar-se durante as sessões, inclusive quanto à manifestação de interesse na interposição de recursos.

3.10. Nenhum interessado poderá participar da presente licitação representando mais de uma licitante;

4. DAS RESTRIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Será vedada a participação de pessoa jurídica ou física (no que couber):

4.1.1. Que estejam cumprindo pena de suspensão de licitar com qualquer órgão público ou tenham sido por estes declaradas inidôneas.

4.1.2. Empresas em consórcio.

4.1.3. Empresas que tenham sócios, gerentes ou responsáveis técnicos que sejam servidores ou dirigentes de órgão ou entidade desta Administração Pública Municipal.

4.1.4. Empresas que se encontrem sobre falência, concordata, dissolução ou liquidação.

4.1.5. Que não seja registrado (a) no Conselho Seccional da OAB da respectiva base territorial onde prestará o serviço objeto dessa licitação, observadas as normas do Provimento nº 112/2006 do Conselho Federal da OAB;

5. DA HABILITAÇÃO PRÉVIA (CREDENCIAMENTO)

5.1. As pessoas físicas ou jurídicas interessadas em participar da presente Licitação deverão realizar seu credenciamento na Sala/Setor de Licitação do Município de JAGUARUANA. Para tanto deverão apresentar, em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente, até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, nos termos do art. 22, § 2º da Lei 8666/93.

5.1.1. Com a publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado e Jornal de Grande Circulação, dar-se-á início ao prazo de credenciamento das pessoas físicas ou jurídicas, de acordo com as regras a seguir.

5.2. As pessoas físicas ou jurídicas interessadas deverão entregar seu Pedido de Credenciamento (Anexo V deste Edital), acompanhado de toda a documentação arrolada no subitem 5.2.4, no endereço do Setor/Sala de Licitação próximo a Prefeitura Municipal de JAGUARUANA, localizada à Rua: PRAÇA ADOLFO FRANCISCO DA ROCHA, 404, Centro, JAGUARUANA - CE, a partir do dia 21/03/2017 até 31/03/2017, das 08:00 h às 12:00 horas, sendo inadmissível para esta finalidade o uso de *e-mail* ou de *fac-símile*, sob pena de indeferimento.

5.2.1. A referida documentação deverá ser acondicionada em envelope lacrado, com os seguintes registros:

- a) Prefeitura Municipal de JAGUARUANA;
- b) Assessoria Jurídica
- c) Endereço: Rua: Praça Adolfo Francisco da Rocha, 404, Centro, JAGUARUANA – CE.
- d) Edital de Credenciamento da Tomada de Preços nº 007/2017;
- e) Habilitação Prévia (Credenciamento);
- f) Nome da pessoas físicas ou jurídicas.

5.2.2. A Comissão de Credenciamento não se responsabiliza por envelope que não seja entregue por portador no endereço da Sala/Setor de Licitação, constante do preâmbulo, sendo que os envelopes recebidos posteriormente à data fixada para entrega não serão abertos, independentemente da forma de entrega.

5.2.3. As pessoas jurídicas ou físicas que, nos termos deste Edital, apresentarem o Pedido de Credenciamento, serão informadas na sessão do dia 05/04/2017, sobre os julgamentos do Credenciamento, inclusive interposição de eventuais recursos.

5.2.4. Para fins de qualificação e certificação técnica, observados os demais procedimentos e critérios estabelecidos neste Edital, as pessoas físicas ou jurídicas deverão apresentar, juntamente com o Pedido de Credenciamento, em uma via, e dentro do prazo de validade, os documentos a baixo listados, observada a ordem que se segue, por qualquer meio de cópia autenticada, ou, ainda, obtidos via *internet*, exceto as declarações, que terão de ser firmadas por representante legal das licitantes, sendo indispensável que os assinados por procuração se façam acompanhar do respectivo instrumento de mandato, no original ou cópia autenticada, com firma reconhecida (se particular o instrumento):

5.2.4.1. PESSOA FÍSICA:

- a) Registro no Conselho Seccional da OAB da respectiva base territorial onde localizada sua sede/filial, observadas as normas do Provimento nº 112/2006 do Conselho Federal da OAB;
- b) Prova de regularidade das obrigações – exercício 2017 - perante o Conselho Seccional da OAB, do advogado que pretender prestar os serviços objeto deste Edital;
- c) Certidões negativas vigentes de condenação em processo disciplinar do advogado que prestará os serviços, emitida pela respectiva Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil;
- e) Cópia do RG e CPF;
- f) Declaração de regularidade junto ao Ministério do Trabalho, firmada pelo advogado para os fins do inciso VII, do artigo 27, da Lei 8.666, de 21.6.1993, de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos (artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal), salvo na condição de menor aprendiz;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos da Lei nº 12.440/2011.
- h) Certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil e comprovação de regularidade perante a Seguridade Social, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débito (CND) de contribuições previdenciárias, relativa à sede e filiais;
- i) Prova de regularidade perante as Fazendas Estadual e a Municipal relativa sede do licitante;
- j) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal relativa ao local onde o mesmo prestará os serviços;
- k) Comprovação de prestação satisfatória dos serviços técnicos de natureza jurídica, mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em papel timbrado da pessoa jurídica, que comprove que o Credenciado já prestou ou presta serviços semelhantes ao objeto do 2.1.
- l) Declaração, firmada sob as penas da lei, de que o advogado que ficará a disposição do município, tem estrutura, condições técnicas e operacionais para atuação dos serviços que deverão ser executados na sede da Prefeitura Municipal de JAGUARUANA, situada à Av. Simão de Goes, 1555, Centro, JAGUARUANA - CE, no horário das 07:00h (sete horas) às 13:00h (treze horas) de segunda a sexta, para a prestação dos serviços objeto deste Edital;
- m) Declaração, sob as penas da lei, de que o Advogado não é servidor do Município de JAGUARUANA.
- n) Declaração do órgão provedor ou Certificado de cursos, especialização, seminário, a fim de comprovar aptidão na legislação previdenciária para executar os serviços.

5.2.4.2. PESSOA JURÍDICA:

- a) Ato constitutivo, em vigor, registrado no Conselho Seccional da OAB da respectiva base territorial onde localizada sua sede/filial, observadas as normas do Provimento nº 112/2006 do Conselho Federal da OAB;
- b) Prova de regularidade das obrigações – exercício 2017 - perante o Conselho Seccional da OAB, da sociedade de advogados, seus integrantes e dos indicados para prestarem os serviços objeto deste Edital;
- c) Declaração com informação de todo o quadro de advogados, relacionando, ainda, se for o caso, os advogados associados e/ou empregados, e de que tanto a sociedade de advogados como os advogados relacionados não incorrem nos impedimentos previstos no subitem 5.4.
 - c.1) Por associados entendem-se os advogados com contrato de associação averbado ao registro da sociedade de advogados interessada junto à Seccional da OAB, em conformidade com o art. 39, parágrafo único, do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB;
 - c.2) Por empregados entendem-se os advogados com registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social ou, ainda, os autônomos, na condição de profissionais liberais, através de contrato de trabalho.
- d) Certidões negativas vigentes de condenação em processo disciplinar dos advogados a que alude a alínea “c” deste subitem, emitida pela respectiva Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil;
- e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- f) Declaração de regularidade junto ao Ministério do Trabalho, firmada por representante legal da sociedade de advogados para os fins do inciso VII, do artigo 27, da Lei 8.666, de 21.6.1993, de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos (artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal), salvo na condição de menor aprendiz;
- g) Prova de regularidade das obrigações relativas ao FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade relativa à sede e filiais;
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos da Lei nº 12.440/2011.
- i) Certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil e comprovação de regularidade perante a Seguridade Social, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débito (CND) de contribuições previdenciárias, relativa à sede e filiais;
- j) Prova de regularidade perante as Fazendas Estadual e a Municipal relativa sede do licitante;
- k) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal relativa ao local onde o mesmo prestará os serviços;
- l) Comprovação de prestação satisfatória dos serviços técnicos de natureza jurídica, mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em papel timbrado da pessoa jurídica, que comprove que o Credenciado já prestou ou presta serviços semelhantes ao objeto do 2.1.

- m) Declaração, firmada sob as penas da lei, de que o advogado que ficará a disposição tem estrutura, condições técnicas e operacionais para atuação dos serviços que deverão ser executados na sede da Prefeitura Municipal de JAGUARUANA, situada à Av. Simão de Goes, 1555, Centro, JAGUARUANA - CE, no horário das 07:00h (sete horas) às 13:00h (treze horas) de segunda a sexta, para a prestação dos serviços objeto deste Edital;
- n) Declaração da Sociedade de Advogados de que possui escritório regularmente instalado, informando o endereço, número de telefone, celular, *fac-símile* e/ou *email*;
- o) Declaração, sob as penas da lei, de que na Sociedade não trabalham advogados servidores do Município de JAGUARUANA.
- p) Declaração do órgão provedor ou Certificado de cursos, especialização, seminário, a fim de comprovar aptidão na legislação previdenciária para executar os serviços.

5.2.5. Não estando previstos os prazos de validade nas certidões, declarações e atestados apresentados, nos termos do subitem anterior, os referidos documentos serão considerados válidos desde que emitidos com data não anterior a 30 (trinta) dias consecutivos da data da apresentação.

5.2.6. Findo o prazo estabelecido no subitem 5.2, a Comissão Permanente de Licitação procederá à abertura dos envelopes, análise e julgamento do Cadastramento e divulgará em sessão pública, o resultado do julgamento do Cadastramento Prévio a realizar-se no endereço da Prefeitura Municipal de JAGUARUANA, constante do Preâmbulo, as 10:00 horas, do dia 05/04/2017.

5.2.7. O resultado contemplará o nome das pessoas físicas ou jurídicas habilitadas e inabilitadas nesta fase, decisão cujo prazo para recurso contar-se-á a partir da divulgação do resultado do julgamento do credenciamento.

5.2.8. Na hipótese de serem inabilitadas todas as licitantes, por apresentação documental em desacordo com o exigido, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação pelas interessadas.

5.3. Concluída a fase do Cadastramento, a Comissão Permanente de Licitação dará início aos procedimentos para o credenciamento das pessoas físicas ou jurídicas, para fins de habilitação.

5.3.1. A Comissão poderá, a qualquer tempo, proceder a diligências (*vistorias in loco*) junto às licitantes, conforme facultado pelo art. 43, §3º, da Lei nº 8.666/1993, objetivando verificar a compatibilidade das informações e documentos apresentados com equipamentos, instalações, peças processuais e outras formas comprobatórias, podendo valer-se de assessoramento técnico de profissionais não

integrantes da Comissão, do que lavrará relatório circunstanciado e conclusivo, ficando ainda assegurado ao Município de JAGUARUANA fazer consultas diretamente à clientela das licitantes.

5.4. Não serão credenciadas as pessoas físicas ou jurídicas:

- a) que não obtiverem a qualificação em relação ao advogado ou no caso de pessoa jurídica pelo menos de um dos seus sócios;
- b) excluídas de credenciamentos anteriores, por iniciativa do Município de JAGUARUANA, em razão de atuação insatisfatória e/ou descumprimento de cláusula contratual;
- c) de que façam parte sócios advogados-empregados, ou tenham como associados ou conveniados:
 - c.1) servidores do Município de JAGUARUANA;
- d) de que façam parte sócios, advogados empregados, associados ou conveniados, inclusive seus cônjuges ou companheiro(a)(s), e parentes até segundo grau que estejam inadimplentes junto ao Município de JAGUARUANA.

5.5. A Comissão Permanente de Licitação divulgará o resultado do julgamento do credenciamento e a classificação, das licitantes, na forma do subitem 10.1.2, abrindo-lhes o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de eventuais recursos, após o que serão julgados, com a consequente homologação e divulgação do resultado do certame e a inscrição das pessoas físicas e jurídicas credenciadas e habilitadas para o objeto específico deste Edital.

5.6. Indeferido o pedido, a licitante não será credenciada. A documentação apresentada para a habilitação estará à disposição para retirada pela pessoas físicas e jurídicas de advogados, após 30 (trinta) dias da homologação definitiva do resultado.

6. DA REPRESENTAÇÃO DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA

6.1. PESSOA JURÍDICA: SÓCIO, PROPRIETÁRIO, DIRIGENTE OU ASSEMBLADO: deverá apresentar cópia devidamente **autenticada em cartório**, da Cédula de Identidade ou documento equivalente, o Estatuto ou Contrato Social juntamente com a(s) alteração(ões) que comprovem sua capacidade de representante legal, com expressa previsão dos poderes para exercício de direitos e assunção de obrigações.

6.2. PROCURADOR: o credenciamento deverá ser feito por meio de Instrumento Público ou Particular de Mandato (procuração), com firma reconhecida em cartório do outorgante, outorgando expressamente poderes para emitir proposta de preços, emitir declarações, receber intimação, interpor recurso e renunciar a sua interposição, assinar contrato, assim como praticar todos os demais atos

pertinentes ao certame, em nome da licitante. Deverá apresentar ainda, cópia devidamente **autenticada em cartório** da Cédula de Identidade ou documento equivalente que possua foto.

6.3. Comunicação se for o caso de enquadramento de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme o caso, devidamente registrada na Receita Federal do domicílio do licitante, visto que a licitante deve obrigatoriamente ser registrada na OAB, bem como na Receita Federal do domicílio do licitante. As sociedades que não se enquadram ficam dispensadas da apresentação da mesma.

6.4. PESSOA FÍSICA: deverá apresentar cópia devidamente **autenticada em cartório**, da Cédula de Identidade ou documento equivalente.

6.5. PROCURADOR: o credenciamento deverá ser feito por meio de Instrumento Público ou Particular de Mandato (procuração), com firma reconhecida em cartório do outorgante, outorgando expressamente poderes para emitir proposta de preços, emitir declarações, receber intimação, interpor recurso e renunciar a sua interposição, assinar contrato, assim como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do licitante. Deverá apresentar ainda, cópia devidamente **autenticada em cartório** da Cédula de Identidade ou documento equivalente que possua foto.

6.6. A não apresentação ou incorreção nos documentos de credenciamento a que se refere o item 6.1 ou 6.2, ou 6.4, ou 6.5, quando for o caso, não excluirão a (o) licitante do certame, mas impedirão o representante de se manifestar e responder pelo Licitante, e de praticar qualquer outro ato inerente a este certame.

6.7. A licitante que não apresentar a documentação ao que se refere o item 6.3 no ato do credenciamento decairá do direito de posteriormente se declarar microempresa e empresa de pequeno porte, perdendo automaticamente os direitos que lhe conferem a lei complementar 123/2006.

6.8. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma licitante.

7. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1. Os interessados, no dia, horário e local fixados neste Edital, deverão entregar os envelopes nº. 01 - HABILITAÇÃO e nº. 02 - PROPOSTA DE PREÇO fechados, indevassáveis, com a seguinte identificação na parte externa:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA - CE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

TOMADA DE PREÇOS Nº. 007/2017 - 05/03/2017 – 10:00 h
NOME DA PESSOA FÍSICA OU PESSOA JURÍDICA (Dispensado se o envelope for timbrado)
ENVELOPE nº. 01 – HABILITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA - CE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 007/2017 - 05/03/2017 – 10:00 h
NOME DA PESSOA FÍSICA OU PESSOA JURÍDICA..... (Dispensado se o envelope for timbrado)
ENVELOPE nº. 02 – PROPOSTA DE PREÇOS.

7.1.1 - Deverão constar nos Envelopes nº. 01 e nº. 02 os documentos especificados, respectivamente, nos Item 7 e 8.

7.1.2 - Os envelopes deverão estar lacrados, sendo abertos somente em público pela Comissão de Licitação, na data e hora determinada para o certame.

8. DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

8.1. O Envelope nº 1 “Documentação” deverá conter, obrigatoriamente, no original ou cópia devidamente autenticada em cartório, mediante a apresentação dos originais para confronto, a seguinte documentação:

8.1.1. PESSOA FÍSICA:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro no Conselho Seccional da OAB da respectiva base territorial onde localizada sua sede/filial, observadas as normas do Provimento nº 112/2006 do Conselho Federal da OAB;
- b) Prova de regularidade das obrigações – exercício 2017 - perante o Conselho Seccional da OAB, do advogado que pretender prestar os serviços objeto deste Edital;
- c) Certidões negativas vigentes de condenação em processo disciplinar do advogado que prestará os serviços, emitida pela respectiva Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil;
- d) Cópia do RG e CPF;

REGULARIDADE FISCAL

- a) Declaração de regularidade junto ao Ministério do Trabalho, firmada pelo advogado para os fins do inciso VII, do artigo 27, da Lei 8.666, de 21.6.1993, de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou

insalubre e de que não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos (artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal), salvo na condição de menor aprendiz;

- b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos da Lei nº 12.440/2011.
- c) Certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil e comprovação de regularidade perante a Seguridade Social, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débito (CND) de contribuições previdenciárias, relativa à sede e filiais;
- d) Prova de regularidade perante as Fazendas Estadual e a Municipal relativa sede do licitante;
- e) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal relativa ao local onde o mesmo prestará os serviços;

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Comprovação de prestação satisfatória dos serviços técnicos de natureza jurídica, mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em papel timbrado da pessoa jurídica, que comprove que o Credenciado já prestou ou presta serviços semelhantes ao objeto do 2.1.
- b) Declaração, firmada sob as penas da lei, de que o advogado que ficará a disposição do município, tem estrutura, condições técnicas e operacionais para atuação dos serviços que deverão ser executados na sede da Prefeitura Municipal de JAGUARUANA, situada à Av. Simão de Goes, 1555, Centro, JAGUARUANA - CE, no horário das 07:00h (sete horas) às 13:00h (treze horas) de segunda a sexta, para a prestação dos serviços objeto deste Edital;

OUTROS DOCUMENTOS

- a) Declaração, sob as penas da lei, de que o Advogado não é servidor do Município de JAGUARUANA.
- b) Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos de habilitação, na forma do § 2º do artigo 32 da Lei Federal 8.666/93, assinada pelo representante legal do Licitante, conforme modelo no Anexo II.
- c) Declaração expressa de total concordância com os termos deste Edital e seus Anexos conforme modelo no Anexo III.
- d) Declaração do órgão provedor ou Certificado de cursos, especialização, seminário, a fim de comprovar aptidão na legislação previdenciária para executar os serviços.

8.1.2. PESSOA JURÍDICA:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Ato constitutivo, em vigor, registrado no Conselho Seccional da OAB da respectiva base territorial onde localizada sua sede/filial, observadas as normas do Provimento nº 112/2006 do Conselho Federal da OAB;

REGULARIDADE FISCAL:

a) Certidão de prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ (Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral).

b) Certidão Conjunta Negativa, ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando a regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social, relativa à sede e filiais;

c) Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual.

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do licitante, na forma da Lei.

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

f) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

g) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal relativa ao local onde o mesmo prestará os serviços;

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Registro ou inscrição na entidade profissional competente, através de certidão, expedido pela Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, comprovando a regularidade para com a entidade profissional.

b) Capacitação técnico-profissional: comprovação de a licitante possuir em seu quadro permanente, número mínimo de 01 (um) profissional de nível superior na área de Direito (Advogado com OAB/CE).

b.1.) A comprovação do vínculo empregatício dos profissionais referido na alínea b. será feita mediante apresentação de cópia autenticada em cartório, do Contrato de Trabalho com a empresa ou da Carteira de Trabalho (CTPS), que demonstre a identificação do profissional, e mediante apresentação de cópia autenticada em cartório da Carteira emitida pela OAB/CE, devidamente atualizada, podendo ser comprovado também através de contrato de trabalho o vínculo do advogado com a licitante.

b.2) Se um dos profissionais indicados for sócio da empresa, este ficará dispensado da comprovação do vínculo empregatício e apresentará somente cópia autenticada em cartório da Carteira emitida pela Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, categoria de Advogados, devidamente atualizada.

- c) Atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privada, que comprove que a licitante está executando, atualmente, serviços compatíveis em características com o objeto da licitação nos municípios do Estado do Ceará.
- d) Declaração do órgão provedor ou Certificado de cursos, especialização, seminário, a fim de comprovar aptidão na legislação previdenciária para executar os serviços.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de Falência e / ou Concordata emitida pelo cartório distribuidor da sede do licitante.
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício fiscal, já exigíveis e apresentado na forma da Lei, devidamente registrado na Junta Comercial da sede da licitante, acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário - estes termos devidamente registrados na Junta Comercial - constando ainda, no balanço, o número do Livro Diário e das folhas nos quais se acha transcrito, que comprovem a boa situação financeira da empresa, com vistas aos compromissos que terá de assumir caso lhe seja adjudicado o objeto licitado, comprovado através do cálculo dos seguintes índices contábeis, devidamente assinado pelo contador responsável, sendo vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta. Acompanhado com Certidão de Regularidade Profissional (CRP) do órgão competente.

OUTROS DOCUMENTOS

- a) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal:
 - a.1) Declaração assinada pelo representante legal da licitante de que está cumprindo o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, na forma da Lei nº 9.854/99, conforme modelo do Decreto nº 4.358/02, conforme modelo no Anexo VII.
 - b) Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos de habilitação, na forma do § 2º do artigo 32 da Lei Federal 8.666/93, assinada pelo representante legal do Licitante, conforme modelo no Anexo II.
 - c) Declaração expressa de total concordância com os termos deste Edital e seus Anexos conforme modelo no Anexo III.

8.2. Os documentos exigidos nos itens acima, valerão nos prazos que lhes são próprios. Inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 30 (trinta) dias, contados de sua expedição.

8.3. Em nenhuma hipótese será concedida prorrogação de prazo para apresentação dos documentos exigidos para a habilitação, com exceção ao disposto no art. 43 da Lei Complementar 123/2006.

8.4. As certidões expedidas pela Internet estão condicionadas à verificação de sua autenticidade nos sites de cada órgão emissor, portanto, no caso de apresentação de certidões por meio de cópias, estas não precisarão ser autenticadas. As demais documentações deverão ser apresentadas, obrigatoriamente, no original ou cópia devidamente autenticada em cartório, obedecendo ao disposto no item 7.1.

8.5. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente edital.

8.6. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital, a licitante será declarada inabilitada.

8.7. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da obtenção e apresentação dos documentos para habilitação.

9. PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. O Envelope nº 2 “PROPOSTA DE PREÇOS” deverá conter, obrigatoriamente, a proposta de preços em 01 (uma) via de igual teor, datilografadas ou impressas por qualquer meio usual em papel timbrado da licitante (contendo o nome empresarial, CNPJ e endereço), sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, com o seguinte conteúdo:

9.1.1. Número da Tomada de Preços;

9.1.2. Preço unitário e preço total em algarismo arábico e preço total da proposta de preços, em algarismo arábico e por extenso, na moeda nacional, já incluídos os encargos fiscais, comerciais, sociais, trabalhistas e quaisquer outras despesas incidentes sobre o objeto licitado;

9.1.3. Pedidos de retificação, por engano na cotação ou especificação do objeto da licitação, somente serão aceitos antes da abertura das propostas, não sendo admitida a simples oferta de desconto ou aumento de preços, sem suficiente demonstração do engano;

9.1.4. Prazo mínimo de 60 (sessenta) dias para validade da proposta, contada a partir da data de sua abertura.

9.2. A proposta, uma vez aberta, vinculará a licitante, obrigando-a, à execução do objeto licitado, caso lhe seja adjudicado.

9.3. A descrição de todos os dados da proposta e a juntada de toda a documentação exigida é de exclusiva responsabilidade das licitantes.

9.4. Não serão consideradas as propostas apresentadas fora do prazo, bem como, aquelas que contiverem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas em suas partes essenciais, de modo a ensejar dubiedade, principalmente em relação a valores.

9.5. As propostas que não atenderam as condições desta licitação, que oferecerem alternativas de ofertas e cotações, nelas não previstas ou preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, serão desclassificadas.

9.6. Em circunstâncias excepcionais, a Prefeitura Municipal de JAGUARUANA, poderá solicitar aos licitantes a prorrogação do prazo de validade das propostas. Nesse caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formulados por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar a prorrogação da validade da sua proposta. Entretanto, no caso de concordância, não poderá modificá-la, nem a Prefeitura Municipal de JAGUARUANA solicitará qualquer modificação.

9.7. Na hipótese do processo licitatório vir a sofrer suspensão, os prazos de validade das propostas ficam automaticamente prorrogados por igual número de dias em que o referido processo permanecer suspenso.

9.8. Constatada declaração ou documentação falsa, após a inspeção pela Comissão Permanente de Licitação – CPL, a licitante será inabilitada ou desclassificada, conforme o caso, e sobre a mesma decairá as penalidades previstas em Lei.

9.9. Não será considerada a proposta apresentada por telex, telegrama, fac-símile, internet ou outro meio eletrônico.

9.10. A proposta deverá ter o reconhecimento de firma da assinatura da mesma.

10. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO

10.1. A presente licitação será processada e julgada de acordo com o procedimento estabelecido pelo art. 43 da Lei nº 8.666/93.

10.1.1 Abertura dos envelopes DOCUMENTAÇÃO:

- a) No local, hora e dia designados no preâmbulo deste Edital, na presença das licitantes que comparecerem e demais pessoas que desejarem assistir o ato, a Comissão Permanente de Licitação iniciará os trabalhos, examinando os envelopes DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA, os quais serão rubricados pelos membros e licitantes, procedendo, a seguir, à abertura do envelope DOCUMENTAÇÃO;
- b) Os documentos contidos nos envelopes nº 01 (Documentação) serão examinados e rubricados pelos membros da Comissão, bem como, pelos proponentes.

- c) Qualquer manifestação deverá ser feita durante a fase de abertura do envelope nº 01 (Documentação), através da pessoa devidamente credenciada, sendo inserida em ata, a pedido das partes, toda e qualquer observação ou declaração pertinente, a qual será assinada pelos membros da Comissão e licitantes.
- d) O julgamento da documentação para habilitação das proponentes será realizado no dia designado no preâmbulo deste Edital. Na impossibilidade de se realizar o julgamento durante a sessão de abertura, a mesma será suspensa, publicando-se o resultado no órgão de imprensa oficial para conhecimento de todos os participantes.
- e) O envelope de PROPOSTA DE PREÇOS das proponentes inabilitadas ficará à disposição das mesmas, após a publicação do resultado no órgão da imprensa oficial, e, decorrido o prazo para interposição de recurso ou julgado, se for o caso, este.

10.1.2. Critérios para julgamento da documentação:

- a) Serão inabilitados à presente licitação os participantes, que:
 - a.1) apresentarem documentação incompleta ou com borrões, rasuras entrelinhas, cancelamento em partes essenciais, sem a devida ressalva.
 - a.2) não atenderem ou preencherem as condições exigidas no item 7.
- b) Se todas as proponentes forem inabilitadas, a Administração poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para reapresentação de nova documentação.

10.1.3. Abertura dos envelopes PROPOSTAS DE PREÇOS:

- a) Os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS das proponentes classificadas serão abertos no mesmo local mencionado no preâmbulo do Edital, após o resultado da fase de classificação da Proposta Técnica pela Comissão Permanente de Licitação, na mesma, se houver desistência expressa de interposição de recursos ou após decorrido o prazo para interposição de recursos ou julgados os interpostos, cuja data e horário será comunicada através do órgão de imprensa oficial.
- b) Uma vez abertas às propostas, estas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões que as ofertas apresentarem em relação às exigências e formalidades previstas neste Edital.
- c) As propostas serão examinadas e rubricadas pelos membros da Comissão, bem como pelos proponentes e será procedida a sua leitura.
- d) Qualquer manifestação deverá ser feita durante a fase de abertura do envelope nº 02 (Proposta de Preços), através de pessoa devidamente credenciada, devendo toda e qualquer declaração pertinente constar da ata, que será assinada pelos membros da Comissão e pelos proponentes.
- e) Se o julgamento não puder ser realizado durante a sessão de abertura, a sessão será encerrada, sendo o resultado publicado através da imprensa oficial.

10.1.4 Critérios para julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS:

10.1.4.1. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as condições desta licitação e ainda:

- a) que oferecerem alternativas de ofertas, cotações e vantagens não previstas no edital;
- b) que apresentarem preços excessivos, incompatíveis com as práticas éticas usuais do mercado local;
- c) que apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou que caracterizem prática de dumping ou que possam comprometer significativamente o padrão de qualidade dos serviços expressos no subitem 1 deste Edital.

10.1.4.2. Verificando-se discordância entre o preço unitário e o total, prevalecerá o primeiro, sendo corrigido o preço total; ocorrendo divergência entre valores numéricos e os por extenso, prevalecerão os últimos. Se o licitante não aceitar a correção de tais erros, sua Proposta será rejeitada.

10.1.4.3. As Propostas serão analisadas, podendo a Comissão Permanente de Licitação convocar os licitantes para esclarecimentos de qualquer natureza, que venham facilitar o seu entendimento na fase de julgamento.

10.1.4.4. No julgamento das Propostas de Preços, serão avaliadas as propostas dos licitantes que obtiverem classificação das Propostas Técnicas.

11. DO CONTRATO

11.1. Será assinado contrato de prestação de serviços, entre a Prefeitura Municipal de JAGUARUANA e a(s) Licitante(s) vencedora(s), este(s), quando chamado(s), terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para assinatura do referido contrato. No caso do não comparecimento, a Prefeitura chamará o segundo colocado, desde que o mesmo aceite as condições do primeiro;

11.2. O presente Contrato terá vigência de até a data de 31/12/2017, contados da data de sua assinatura. Podendo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8666/93.

11.3. O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, pela Contratante, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial desde que a Contratada deixe de cumprir com qualquer das Cláusulas do Contrato, além de ficar sujeita às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e no edital desta Tomada de Preços.

12. RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

12.1. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do art. 65, inciso II, alínea d,

da Lei nº 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso do contratado.

13. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. Dos atos da administração decorrentes da aplicação deste Edital, cabem:

13.1.1. Recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de:

- a) Habilitação ou inabilitação do Licitante;
- b) Julgamento das propostas;
- c) Anulação ou revogação da licitação.

13.1.2. Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

13.1.3. Pedido de reconsideração, de decisão do Prefeito Municipal de JAGUARUANA, na hipótese do § 3º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, no prazo de 10 (dez) dias da intimação do ato.

13.1.4. Recurso será dirigido a autoridade ordenadora por intermédio da Comissão Permanente de Licitação.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mensalmente, após a comprovação de que a pessoa física e jurídica contratada está em dia com as obrigações perante o Sistema de Seguridade Social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débitos como o INSS e o FGTS, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da entrega da fatura, devidamente atestada pelo setor competente.

15. DO LOCAL E FORMA DA EXECUÇÃO

15.1. Declaração, firmada sob as penas da lei, de que o advogado que ficará a disposição do município, tem estrutura, condições técnicas e operacionais para atuação dos serviços que deverão ser executados na sede da Prefeitura Municipal de JAGUARUANA, situada à Av. Simão de Goes, 1555, Centro, JAGUARUANA - CE, no horário das 07:00h (sete horas) às 13:00h (treze horas) de segunda a sexta, para a prestação dos serviços objeto deste Edital;

15.2. A Contratada (pessoa física ou jurídica) ficará à disposição da Contratante, com no mínimo 01 (um) advogado qualificado para executar os serviços objeto desta licitação.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de JAGUARUANA, classificada conforme abaixo especificado:

Fundo de Previdência Social: 01.02.09.12203012.003.3.3.90.36.00;
01.02.09.12203012.003.3.3.90.39.00.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Comissão Permanente de Licitação, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas, o que não se aplica aos licitantes remanescentes.

17.2. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará ao contratado à multa de mora, na forma estabelecida a seguir:

17.2.1. 0,3% (três décimos por cento), por dia, sobre o saldo contratual, a partir do primeiro dia após o prazo determinado para execução do objeto deste contrato, até o 30º (trigésimo) dia consecutivo.

17.2.2. 2% (dois por cento) após ultrapassado o prazo do item 17.2.1.

17.3. As multas a que se refere este item incidem sobre o valor do contrato e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Prefeitura Municipal de JAGUARUANA ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

17.4. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura Municipal de JAGUARUANA poderá aplicar as seguintes sanções:

17.4.1. Advertência;

17.4.2. Multa por atraso a cada 30 (trinta) dias após o prazo previsto item 17.2.2, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

17.4.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração por período não superior a 02 (dois) anos; e

17.4.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

17.4.5. A aplicação da sanção prevista no item 17.4.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 17.4.2 e 17.4.3, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na execução do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais,

expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.

17.5. As sanções previstas nos itens 17.4.1, 17.4.3 e 17.4.4, poderão ser aplicadas conjuntamente com item 17.4.2, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.

17.6. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 17.4, reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação.

17.7. A segunda adjudicatória, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

17.8. A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva da Prefeitura Municipal de JAGUARUANA.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Os casos não previstos e as dúvidas deste Edital serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação, com base na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

18.2. Fica esclarecido que as licitantes participantes deste processo sujeitam-se a todos os seus termos, condições e normas, especificações e detalhes que se comprometem a cumprir plenamente, independentemente de qualquer manifestação, escrita ou verbal.

18.3. Qualquer cidadão poderá impugnar o presente Edital, por irregularidade na aplicação da Lei, devendo protocolar o pedido até 05 (cinco) dias antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação. No caso de licitante, o prazo decairá para 02 (dois) dias úteis, devendo a Comissão Permanente de Licitação julgar e responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis.

18.4. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente, sendo-lhe defeso oferecer impugnação fora do prazo estabelecido no §2º do art. 41 da Lei 8666/93.

18.5. Após a fase de habilitação não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente, aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

18.6. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital, a licitante que, tendo-o aceito sem objeção, vier, após julgamento desfavorável apresentar falhas

ou irregularidade que o viciem, hipóteses em que tal comunicação não terá efeito recursal.

18.7. Na hipótese de o processo licitatório vir a sofrer suspensão, os prazos de validade das propostas ficam automaticamente prorrogados por igual número de dias em que o referido processo estiver suspenso.

18.8. O Prefeito Municipal de JAGUARUANA, independentemente de qualquer recurso ou por sugestão da Comissão Permanente de Licitação – CPL poderá adiar ou revogar esta licitação ou anulá-la por ilegalidade, sem que tenha obrigação de indenizar.

18.9. Este edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no Setor/Sala de Licitação próximo a Prefeitura Municipal de JAGUARUANA, sito à Rua: PRAÇA ADOLFO FRANCISCO DA ROCHA, 404, Centro, JAGUARUANA - CE, no horário das 08:00h (oito horas) às 12:00h (doze horas) onde poderão ser consultados ou obtidos gratuitamente.

18.10. As licitantes poderão colher informações adicionais eventualmente necessárias sobre o certame junto a Comissão Permanente de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de JAGUARUANA, no endereço e horário mencionados no item acima, obedecendo aos seguintes critérios:

18.10.1. Não serão levados em consideração pela Comissão Permanente de Licitação, quaisquer consultas, pedidos ou reclamações relativas ao Edital, que não tenham sido formuladas por escrito e devidamente protocolados ou via fac-símile, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para o recebimento dos envelopes, ressalvado o disposto no § 2º do art. 41 da Lei 8.666 de 1993;

18.10.2. Em hipótese alguma serão aceitas manifestações verbais quanto ao Edital;

18.10.3. Os esclarecimentos aos consulentes serão comunicados a todas as demais licitantes que tenham adquirido o presente Edital.

19. DOS ANEXOS

19.1. Integram o presente Edital, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

19.1.1. Anexo I – Especificação do Serviço

19.1.2. Anexo II – Modelo de Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos de habilitação.

19.1.3. Anexo III - Modelo de Declaração expressa de total concordância com os termos do edital.

19.1.4. Anexo IV – Modelo do Resumo da Proposta;

19.1.5. Anexo V – Modelo de Credenciamento Específico;

19.1.6. Anexo VI – Modelo de Procuração;

19.1.7. Anexo VII – Modelo de Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal

19.1.8. Anexo VIII – Minuta do Contrato.

20. DA RESCISÃO

20.1. O presente contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, a critério do CONTRATANTE, independentemente de notificação ou interpelação judicial, nas seguintes hipóteses:

- a) inobservância ou inadimplemento de quaisquer das cláusulas ou condições do presente contrato, bem como de seus documentos integrantes;
- b) falência, concordata ou dissolução, amigável ou extrajudicial da CONTRATADA;
- c) por conveniência da CONTRATANTE, mediante notificação com prova de recebimento e antecedência mínima de 30 (trinta) dias sem pagamento à CONTRATADA, de qualquer indenização;
- d) nas hipóteses previstas na Seção V, do capítulo III, da Lei nº 8.666/93.

21. DO FORO

21.1. As partes elegem de comum acordo o Foro da cidade de JAGUARUANA/CE, para dirimir dúvidas ou controvérsias relacionadas com o presente instrumento em 03 (três) vias de idêntico teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam, depois de lido e achado conforme.

JAGUARUANA – CE, 21 de Abril de 2017.

JOSAFÁ SILVA

Diretor Geral do Fundo Municipal da Previdência Social do Município de Jaguaruana-CE



EDITAL DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2017

ANEXO I

“ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS”

1. Execução dos serviços de assessoria e consultoria jurídica englobando as seguintes tarefas:

a) Contratação de serviços advocatícios para assessoramento e consultoria jurídica especializada na legislação previdenciária, para atender as necessidades do Fundo de Previdência Social do Município de Jaguaruana-CE.

2. O serviço pleiteado é em conformidade com a lei vigente.

3. A contratação é para o exercício de 2017, conforme Elemento de Despesa: Fundo de Previdência Social: 01.02.09.12203012.003.3.3.90.36.00; 01.02.09.12203012.003.3.3.90.39.00.

4. DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado mensalmente, após a comprovação de que a pessoa física e jurídicas contratada está em dia com as obrigações perante o Sistema de Seguridade Social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débitos como o INSS e o FGTS, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da entrega da fatura, devidamente atestada pelo setor competente.

5. DO LOCAL E FORMA DA EXECUÇÃO

5.1. Declaração, firmada sob as penas da lei, de que o advogado que ficará a disposição do município, tem estrutura, condições técnicas e operacionais para atuação dos serviços que deverão ser executados na sede da Prefeitura Municipal de JAGUARUANA, situada à Av. Simão de Goes, 1555, Centro, JAGUARUANA - CE, no horário das 07:00h (sete horas) às 13:00h (treze horas) de segunda a sexta, para a prestação dos serviços objeto deste Edital;

5.2. A Contratada (pessoa física ou jurídica) ficará à disposição da Contratante, com no mínimo 01 (um) advogado qualificado para executar os serviços objeto desta licitação.

6. DA VIGÊNCIA



6.1. A vigência do contrato será de até o dia 31/12/2017, a contar da data de assinatura do Contrato, sendo que o serviço será executado no período de vigência contratual. Podendo ser renovado por igual período.

7. DAS PENALIDADES

7.1. Em caso de inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro ou mora na execução, garantida a prévia defesa, ficará a futura CONTRATADA sujeita às sanções previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar e Legislação pertinente.

JAGUARUANA, ____ de _____ de 2017.

JOSAFÁ SILVA

**Diretor Geral do Fundo Municipal da Previdência Social do Município de
Jaguaruana-CE**



**EDITAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2017**

ANEXO II

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS
SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DE HABILITAÇÃO**

Ilmo. Sr.

Presidente e demais membros da CPL

Prefeitura Municipal de JAGUARUANA

JAGUARUANA-CE.

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2017

Prezados Senhores,

O abaixo assinado, na qualidade de representante legal da empresa _____(nome da empresa)_____, CNPJ nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, nos termos do § 2º, do art. 32, da Lei nº 8.666/93 que até esta data, não ocorreu nenhum fato superveniente que seja impeditivo de sua habilitação na licitação em epígrafe.

_____, _____ (___), _____ de _____ de 2017.

(nome, cargo, carimbo e assinatura do representante legal da proponente, em papel timbrado da empresa, devidamente identificado).



**EDITAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2017**

**ANEXO II
(Pessoa Jurídica)**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS
SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DE HABILITAÇÃO**

Ilmo. Sr.

Presidente e demais membros da CPL

Prefeitura Municipal de JAGUARUANA

JAGUARUANA-CE.

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2017

Prezados Senhores,

O abaixo assinado, na qualidade de representante legal da empresa _____(nome da empresa)_____, CNPJ nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, nos termos do § 2º, do art. 32, da Lei nº 8.666/93 que até esta data, não ocorreu nenhum fato superveniente que seja impeditivo de sua habilitação na licitação em epígrafe.

_____, (___), ____ de _____ de 2017.

(nome, cargo, carimbo e assinatura do representante legal da proponente, em papel timbrado da empresa, devidamente identificado).



**EDITAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2017**

**ANEXO II
(Pessoa Física)
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS
SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DE HABILITAÇÃO**

Ilmo. Sr.

Presidente e demais membros da CPL

Prefeitura Municipal de JAGUARUANA

JAGUARUANA-CE.

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2017

Prezados Senhores,

O abaixo assinado, na qualidade de representante legal da empresa _____(nome)_____, CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, nos termos do § 2º, do art. 32, da Lei nº 8.666/93 que até esta data, não ocorreu nenhum fato superveniente que seja impeditivo de sua habilitação na licitação em epígrafe.

_____, _____ (___), ____ de _____ de 2017.

(nome, cargo, carimbo e assinatura do representante legal da proponente, em papel timbrado da empresa, devidamente identificado).



**EDITAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N° 007/2017**

**ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO
(Pessoa Jurídica)**

Ilmo. Sr.

Presidente e demais membros da CPL

Prefeitura Municipal de JAGUARUANA

JAGUARUANA-CE.

**DECLARAÇÃO EXPRESSA DE TOTAL CONCORDÂNCIA COM OS
TERMOS DO EDITAL**

Ref.: TOMADA DE PREÇOS N° 007/2017.

Prezados Senhores,

_____ (nome da empresa) _____, CNPJ n° _____, por intermédio de seu representante legal Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade n° _____ e do CPF n° _____, DECLARA, para os devidos fins, que concordamos com todos os termos descritos no edital e seus anexos e que temos pleno e total conhecimento da realização dos trabalhos do certame.

_____ (____), ____ de _____ de 2017.

(nome, cargo, carimbo e assinatura do representante legal da proponente, em papel timbrado da empresa, devidamente identificado).



**EDITAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N° 007/2017**

**ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO
(Pessoa Física)**

Ilmo. Sr.

Presidente e demais membros da CPL

Prefeitura Municipal de JAGUARUANA

JAGUARUANA-CE.

**DECLARAÇÃO EXPRESSA DE TOTAL CONCORDÂNCIA COM OS
TERMOS DO EDITAL**

Ref.: TOMADA DE PREÇOS N° 007/2017.

Prezados Senhores,

_____ (nome) _____, portador (a) da Carteira de Identidade n° _____ e do CPF n° _____, DECLARA, para os devidos fins, que concordamos com todos os termos descritos no edital e seus anexos e que temos pleno e total conhecimento da realização dos trabalhos do certame.

_____ (___), ____ de _____ de 2017.

(nome, cargo, carimbo e assinatura do representante legal da proponente, em papel timbrado da empresa, devidamente identificado).



EDITAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2017
ANEXO IV
“MODELO DO RESUMO DA PROPOSTA”

Ilmo. Sr.
Presidente e demais membros da CPL
Prefeitura Municipal de JAGUARUANA
JAGUARUANA-CE

PROPOSTA DE PREÇOS
- RESUMO -

Referente: TOMADA DE PREÇOS nº 007/2017.

Prezados Senhores,

Pela presente, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias, a nossa proposta relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no edital.

1. Proponente:
CNPJ ou CPF:
Endereço:

2. Proposta de Preços:
Valor Mensal - R\$ (.....).
Valor Total da Proposta: R\$ (.....).

3. Prazo de validade da proposta:

4. Condições de pagamento:

_____ (___), ____ de _____ de 2017.

(nome e/ou carimbo e assinatura do representante legal da proponente, em papel
timbrado da empresa, devidamente identificado)



ANEXO V

CRENCIAMENTO ESPECÍFICO (MODELO) (Pessoa Jurídica)

Pelo presente, a empresa....., situada no
(a)....., CNPJ n°
....., por seu (diretor ou
sócio com poderes de gerência), outorga ao Sr....., RG n°
....., amplos poderes para representá-la junto à Prefeitura Municipal
de JAGUARUANA, **Estado do Ceará** na **TOMADA DE PREÇOS N°.**
007/2017, inclusive poderes para interpor ou desistir de recursos, receber
intimações, enfim, praticar todos os atos que julgar necessário ao citado processo,
podendo o credenciado receber intimações no seguinte endereço:
.....(Rua, número, complementos, bairro, cidade,
unidade da federação, CEP).

(Local e Data)

(Nome e assinatura do subscritor, devidamente identificado)

Obs.: firma reconhecida em cartório.



ANEXO V

CRENCIAMENTO ESPECÍFICO (MODELO) (Pessoa Física)

Pelo presente, Eu, domiciliado no (a)....., CPF nº, outorga ao Sr....., RG nº, amplos poderes para representá-la junto à Prefeitura Municipal de JAGUARUANA, **Estado do Ceará** na **TOMADA DE PREÇOS Nº. 007/2017**, inclusive poderes para interpor ou desistir de recursos, receber intimações, enfim, praticar todos os atos que julgar necessário ao citado processo, podendo o credenciado receber intimações no seguinte endereço:(Rua, número, complementos, bairro, cidade, unidade da federação, CEP).

(Local e Data)

(Nome e assinatura do subscritor, devidamente identificado)

Obs.: firma reconhecida em cartório.



ANEXO VI

MODELO DE PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Nome e qualificação.

OUTORGADO: Nome e qualificação.

PODERES: Pleno e gerais poderes para representar a OUTORGANTE, junto à Prefeitura Municipal de JAGUARUANA, no processo de Tomada de Preços nº 007/2017, podendo o mesmo, assinar propostas, atas, entregar na Tomada de Preços os envelopes de habilitação e proposta de preços, assinar toda a documentação necessária, como também formular ofertas e lances verbais de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da OUTORGANTE e tudo o mais que se fizer necessário ao fiel cumprimento deste mandato.

Local e data

Nome do representante Legal
CPF Nº _____ - ____
(Firma reconhecida em cartório de notas)



EDITAL DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2017

ANEXO VII DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (Pessoa Jurídica)

Ilmo. Sr.

Presidente e demais membros da CPL

Prefeitura Municipal de JAGUARUANA

JAGUARUANA-CE

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2017

Prezados Senhores, _____ (nome da empresa) _____, CNPJ nº _____, sediada em _____ (endereço completo) _____, por intermédio de seu representante legal Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz
().

.....(.....), de de 2017.

.....
(nome, cargo, carimbo e assinatura do representante legal da proponente, em papel timbrado da empresa, devidamente identificado)
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



EDITAL DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2017

ANEXO VII DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (Pessoa Física)

Ilmo. Sr.

Presidente e demais membros da CPL

Prefeitura Municipal de JAGUARUANA

JAGUARUANA-CE

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2017

Prezados Senhores, _____ (nome) _____, CPF nº _____, domiciliado em _____ (endereço completo) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz
().

.....(.....), de de 2017.

.....
(nome, cargo, carimbo e assinatura do representante legal da proponente, em
papel timbrado da empresa, devidamente identificado)
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO

Pelo presente instrumento, o Município de JAGUARUANA, através do Fundo de Previdência Social do Município de JAGUARUANA, inscrito no CNPJ nº 35.050.699/0001-89, neste ato representado pelo Diretor Geral, o (a) Sr (a). _____, inscrito no CPF sob o nº _____ e RG nº _____-SSP-____, e _____ a _____ empresa _____, com sede à _____ nº _____, Bairro _____, _____ - CE, CEP _____, aqui denominada _____ CONTRATADA, representada pelos sócios _____, portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF nº _____ e o _____, portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF nº _____, consoante as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, celebram o presente contrato, mediante as cláusulas e condições abaixo pactuadas.

1 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a Contratação de serviços advocatícios para assessoramento e consultoria jurídica especializada na legislação previdenciária, para atender as necessidades do Fundo de Previdência Social do Município de Jaguaruana-CE.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA LICITAÇÃO

2.1. A contratação objeto deste instrumento é celebrada com base no resultado da homologação e adjudicação da Tomada de Preços nº 007/2017 – Processo nº 02.24-003/2017.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

3.1. Integram e complementam este Termo de Contrato, no que não o contrariam, o ato convocatório, a proposta da contratada e demais documentos integrantes e constitutivos da licitação.

4 - CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da execução deste contrato serão para o exercício de 2017 com recursos orçamentários assim classificados:
Fundo de Previdência Social: 01.02.09.12203012.003.3.3.90.39.00.

5 - CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1. Estima-se o presente Contrato, no valor de R\$ (), para um período de até 31/12/2017.

6 - CLÁUSULA SEXTA – DO LOCAL E FORMA DA EXECUÇÃO

6.1. Declaração, firmada sob as penas da lei, de que o advogado que ficará a disposição do município, tem estrutura, condições técnicas e operacionais para atuação dos serviços que deverão ser executados na sede da Prefeitura Municipal de JAGUARUANA, situada à Av. Simão de Goes, 1555, Centro, JAGUARUANA - CE, no horário das 07:00h (sete horas) às 13:00h (treze horas) de segunda a sexta, para a prestação dos serviços objeto deste Edital;

6.2 A Contratada (pessoa física ou jurídica) ficará à disposição da Contratante, com no mínimo 01 (um) advogado qualificado para executar os serviços objeto desta licitação.

7 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1. O presente Contrato terá de até a data de 31/12/2017, contados da data de sua assinatura. Podendo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8666/93.

8 - CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado mensalmente, após a comprovação de que a pessoas físicas e jurídicas contratada está em dia com as obrigações perante o Sistema de Seguridade Social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débitos como o INSS e o FGTS, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da entrega da fatura, devidamente atestada pelo setor competente.

8.2. Os pagamentos decorrentes do presente contrato deverão ser levados a crédito na Conta Corrente nº _____ do Banco _____ Agência _____, cujo titular é a CONTRATADA.

8.3. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

9 - CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1. O presente contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, a critério do CONTRATANTE, independentemente de notificação ou interpelação judicial, nas seguintes hipóteses:

- a) inobservância ou inadimplemento de quaisquer das cláusulas ou condições do presente contrato, bem como de seus documentos integrantes;
- b) falência, concordata ou dissolução, amigável ou extrajudicial da CONTRATADA;
- c) por conveniência da CONTRATANTE, mediante notificação com prova de recebimento e antecedência mínima de 30 (trinta) dias sem pagamento à CONTRATADA, de qualquer indenização;
- d) nas hipóteses previstas na Seção V, do capítulo III, da Lei nº 8.666/93.

10 - CLÁUSULA DEZ – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1. Os casos omissos desse Contrato, serão resolvidos de acordo com os termos da Lei nº 8.666/93 suas alterações posteriores.

11- CLÁUSULA ONZE – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

11.1. DA CONTRATADA:

11.1.1. Fornecer os serviços de acordo com as especificações determinadas no Edital;

11.1.2. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguros de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidos e referentes aos serviços executados por seus empregados e/ou prepostos para a execução do presente contrato.

11.1.3. Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Licitação.

11.2 - DA CONTRATANTE:

11.2.1. A CONTRATANTE, durante este Contrato, compromete-se a proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais.

12- CLÁUSULA DOZE – DA PUBLICAÇÃO

12.1. De conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61, da Lei 8.666/93, o presente contrato será publicado na forma de extrato, no Diário Oficial do Estado.

13 - CLÁUSULA TREZE – DO GERENCIADOR DO CONTRATO:

13.1. Caberá a Caberá ao Fundo de Previdência Social, nomear um servidor para fiscalizar a sua execução, atestar as notas fiscais para efeito de pagamento, bem como tomar as medidas necessárias à solução de quaisquer contratemplos e/ou irregularidades que porventura venham a ocorrer.

14 - CLÁUSULA QUATORZE – DAS SANÇÕES:

14.1. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Comissão Permanente de Licitação, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas, o que não se aplica aos licitantes remanescentes.

14.2. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará ao contratado à multa de mora, na forma estabelecida a seguir:

14.2.1. 0,3% (três décimos por cento), por dia, sobre o saldo contratual, a partir do primeiro dia após o prazo determinado para execução do objeto deste contrato, até o 30º (trigésimo) dia consecutivo.

14.2.2. 2% (dois por cento) após ultrapassado o prazo do item 14.2.1.

14.3. As multas a que se refere este item incidem sobre o valor do contrato e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Prefeitura Municipal de JAGUARUANA ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

14.4. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura Municipal de JAGUARUANA poderá aplicar as seguintes sanções:

14.4.1. Advertência;

14.4.2. Multa por atraso a cada 30 (trinta) dias após o prazo previsto item 14.2.1, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

14.4.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração por período não superior a 02 (dois) anos; e

14.4.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.4.5. A aplicação da sanção prevista no item 14.4.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 14.4.2 e 14.4.3, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na execução do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente prevista, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.

14.5. As sanções previstas nos itens 14.4.1, 14.4.3 e 14.4.4, poderão ser aplicadas conjuntamente com item 14.4.2, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.

14.6. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 14.4, reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação.

14.7. A segunda adjudicatória, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

14.8. A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva da Prefeitura Municipal de JAGUARUANA.

15 - CLÁUSULA QUINZE – DO FORO

15.1. As partes elegem de comum acordo o Foro da cidade de JAGUARUANA/CE, para dirimir dúvidas ou controvérsias relacionadas com o presente instrumento em 03 (três) vias de idêntico teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também o assinam, depois de lido e achado conforme.

JAGUARUANA/CE, ...de de 2017.

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

ANEXO VIII



MINUTA DE CONTRATO

Pelo presente instrumento, o Município de JAGUARUANA, através do Fundo de Previdência Social do Município de JAGUARUANA, inscrito no CNPJ nº 35.050.699/0001-89, neste ato representado pelo Diretor Geral, o (a) Sr (a). _____, inscrito no CPF sob o nº _____ e RG nº _____-SSP-____, e o (a) Sr. (a) _____, domiciliado á _____ nº _____, Bairro _____, _____ - CE, CEP _____, aqui denominada CONTRATADA, portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF nº _____, consoante as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, celebram o presente contrato, mediante as cláusulas e condições abaixo pactuadas.

1 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a Contratação de serviços advocatícios para assessoramento e consultoria jurídica especializada na legislação previdenciária, para atender as necessidades do Fundo de Previdência Social do Município de Jaguaruana-CE.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA LICITAÇÃO

2.1. A contratação objeto deste instrumento é celebrada com base no resultado da homologação e adjudicação da Tomada de Preços nº 007/2017 – Processo nº 02.24-003/2017.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

3.1. Integram e complementam este Termo de Contrato, no que não o contrariam, o ato convocatório, a proposta da contratada e demais documentos integrantes e constitutivos da licitação.

4 - CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da execução deste contrato serão para o exercício de 2017 com recursos orçamentários assim classificados:
Fundo de Previdência Social: 01.02.09.12203012.003.3.3.90.36.00.

5 - CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1. Estima-se o presente Contrato, no valor de R\$ (), para um período de até 31/12/2017.

6 - CLÁUSULA SEXTA – DO LOCAL E FORMA DA EXECUÇÃO

6.1. Declaração, firmada sob as penas da lei, de que o advogado que ficará a disposição do município, tem estrutura, condições técnicas e operacionais para atuação dos serviços que deverão ser executados na sede da Prefeitura Municipal de JAGUARUANA, situada à Av. Simão de Goes, 1555, Centro, JAGUARUANA - CE, no horário das 07:00h (sete horas) às 13:00h (treze horas) de segunda a sexta, para a prestação dos serviços objeto deste Edital;

6.2 A Contratada (pessoa física ou jurídica) ficará à disposição da Contratante, com no mínimo 01 (um) advogado qualificado para executar os serviços objeto desta licitação.

7 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1. O presente Contrato terá de até a data de 31/12/2017, contados da data de sua assinatura. Podendo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8666/93.

8 - CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado mensalmente, após a comprovação de que a pessoa física contratada está em dia com as obrigações perante o Sistema de Seguridade Social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débitos, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da entrega da fatura, devidamente atestada pelo setor competente.

8.2. Os pagamentos decorrentes do presente contrato deverão ser levados a crédito na Conta Corrente nº _____ do Banco _____ Agência _____, cujo titular é a CONTRATADA.

8.3. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

9 - CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1. O presente contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, a critério do CONTRATANTE, independentemente de notificação ou interpelação judicial, nas seguintes hipóteses:

- a) inobservância ou inadimplemento de quaisquer das cláusulas ou condições do presente contrato, bem como de seus documentos integrantes;
- b) falência, concordata ou dissolução, amigável ou extrajudicial da CONTRATADA;
- c) por conveniência da CONTRATANTE, mediante notificação com prova de recebimento e antecedência mínima de 30 (trinta) dias sem pagamento à CONTRATADA, de qualquer indenização;
- d) nas hipóteses previstas na Seção V, do capítulo III, da Lei nº 8.666/93.

10 - CLÁUSULA DEZ – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1. Os casos omissos desse Contrato, serão resolvidos de acordo com os termos da Lei nº 8.666/93 suas alterações posteriores.

11- CLÁUSULA ONZE – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

11.1. DA CONTRATADA:

11.1.1. Fornecer os serviços de acordo com as especificações determinadas no Edital;

11.1.2. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguros de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidos para a execução do presente contrato.

11.1.3. Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Licitação.

11.2 - DA CONTRATANTE:

11.2.1. A CONTRATANTE, durante este Contrato, compromete-se a proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais.

12- CLÁUSULA DOZE – DA PUBLICAÇÃO

12.1. De conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61, da Lei 8.666/93, o presente contrato será publicado na forma de extrato, no Diário Oficial do Estado.

13 - CLÁUSULA TREZE – DO GERENCIADOR DO CONTRATO:

13.1. Caberá ao Fundo de Previdência Social, nomear um servidor para fiscalizar a sua execução, atestar as notas fiscais para efeito de pagamento, bem como tomar as medidas necessárias à solução de quaisquer contratemplos e/ou irregularidades que porventura venham a ocorrer.

14 - CLÁUSULA QUATORZE – DAS SANÇÕES:

14.1. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Comissão Permanente de Licitação, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas, o que não se aplica aos licitantes remanescentes.

14.2. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará ao contratado à multa de mora, na forma estabelecida a seguir:

14.2.1. 0,3% (três décimos por cento), por dia, sobre o saldo contratual, a partir do primeiro dia após o prazo determinado para execução do objeto deste contrato, até o 30º (trigésimo) dia consecutivo.

14.2.2. 2% (dois por cento) após ultrapassado o prazo do item 14.2.1.

14.3. As multas a que se refere este item incidem sobre o valor do contrato e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Prefeitura Municipal de JAGUARUANA ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

14.4. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura Municipal de JAGUARUANA poderá aplicar as seguintes sanções:

14.4.1. Advertência;

14.4.2. Multa por atraso a cada 30 (trinta) dias após o prazo previsto item 14.2.1, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

14.4.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração por período não superior a 02 (dois) anos; e

14.4.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.4.5. A aplicação da sanção prevista no item 14.4.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 14.4.2 e 14.4.3, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na execução do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente prevista, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.

14.5. As sanções previstas nos itens 14.4.1, 14.4.3 e 14.4.4, poderão ser aplicadas conjuntamente com item 14.4.2, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.

14.6. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 14.4, reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação.

14.7. A segunda adjudicatória, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

14.8. A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva da Prefeitura Municipal de JAGUARUANA.

15 - CLÁUSULA QUINZE – DO FORO

15.1. As partes elegem de comum acordo o Foro da cidade de JAGUARUANA/CE, para dirimir dúvidas ou controvérsias relacionadas com o presente instrumento em 03 (três) vias de idêntico teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também o assinam, depois de lido e achado conforme.

JAGUARUANA/CE, ...de de 2017.

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF: